

# A venda de lotes nos becos

DF. Ceilândia

25/09/2000

JORNAL DE BRASÍLIA



**JOSÉ LUIZ OLIVEIRA**

Editor de Grande Brasília

Há pelo menos dez anos que as entidades representativas dos policiais militares vêm lutando para se inserir nos programas habitacionais do GDF. Na primeira metade da década passada, quando São Sebastião ainda era chamada Agrovila, o governador Joaquim Roriz foi duramente cobrado durante solenidade em que foi lançada a nova poligonal daquela que viria a ser a Cidade de São Sebastião. Cabos e soldados, com mulheres e filhos, pediam lotes. Não sabiam que o governador já estava com o projeto pronto, desenvolvido pela antiga Shis, e iria anunciá-lo naquele dia.

Naquela época, as seções de cartas e o espaço dos jornais destinados às reclamações dos leitores eram repletos de queixas de policiais (geralmente assinadas por parentes) de que não tinham o merecido reconhecimento por parte do governo; que ganhavam pouco e ainda tinham de pagar aluguel.

Hoje, como vimos nas últimas duas semanas, a seção de classificados traz anúncios de venda dos lotes que os policiais ganharam nos becos de Ceilândia. Trata-se de local privilegiado, com infra-estrutura pronta. Esses lotes era uma reivindicação antiga, pela qual os policiais brigaram muito.

A negociação dos terrenos, porém, nos leva a supor que não estavam tão necessi-

tados assim de moradia.

Que a pressão pela concessão dos lotes era apenas mais uma forma de auferir lucro fácil.

A suposição é correta, desde que se afaste a generalização. Porque não são todos os policiais que estão vendendo os lotes. A maioria, como registrou este jornal, está construindo. Esta pequena parcela que passa o terreno à frente é porque tem onde morar. Não convence o argumento de que é difícil construir, que não tem dinheiro para erguer a casa. É uma balela, como mostram aqueles que, no mesmo nível salarial, estão construindo.

Conclui-se, então, que quem vende mentiu para o governo, pois uma das condições para se enquadrar nos programas é não ter onde morar.

A venda de lotes dos programas habitacionais não é novidade. Vem desde o primeiro assentamento no DF. Mas isso não pode servir de pretexto para emperrar uma iniciativa pioneira no País e vitoriosa. Mesmo porque é um número baixíssimo diante das milhares de pessoas beneficiadas.

O que não se pode fazer é vistas grossas. Estes lotes precisam ser retomados, como, aliás, já anunciou o governo. Quem vendeu tem de ser punido com a exclusão definitiva dos programas. Procedendo assim o GDF desencoraja novas negociações e mostra que a ilegalidade, assim como o crime, não compensa.